



**As pescas em  
Moçambique: um  
sector vítima de  
má gestão e  
alianças  
promíscuas**



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

# I. Introdução

- Moçambique tem uma extensa costa, 2.700 km; uma vasta Zona Económica Exclusiva (ZEE), a 5ª maior ZEE marinha da região ocidental do Oceano Índico (o que faz com que seja uma zona importante para espécies migratórias, com destaque para o atum); 200 milhas e um potencial de produtos pesqueiros estimado em cerca de 310 mil toneladas/ano;
- O camarão de superfície e o atum sustentam as 2 pescarias marítimas mais importantes, nas quais o sector industrial, para o atum, e artesanal, para o camarão;
- Embora menos falado, o sector é de grande importância económica e social para o país: é fonte de subsistência e rendimento de cerca de dois terços da população das zonas costeiras, além do seu contributo para a economia nacional, que se fez notar, especialmente, nas décadas que se seguiram ao período colonial;
- É com a independência de 1975 que o Governo moçambicano lança as bases para o desenvolvimento de um sector que, no período colonial, praticamente não existia, uma vez que, no contexto da política económica do regime colonial português, foi reservado, para Moçambique, o papel de consumidor dos excedentes do pescado de Portugal, Angola e da África do Sul.

## II. Metodologia

- Trabalho produzido com base em técnicas de investigação jornalística;
- Além de consulta bibliográfica, foram entrevistados actores-chave do sector, que incluem antigos dirigentes, operadores, cientistas/investigadores;
- Pesquisas de campo em Angoche e na Beira (abrangidos pelo banco de Sofala, a principal área de pesca do país), e na baía de Maputo;
- Todas as fontes estão em anonimato (vários jogos de interesse envolvidos).

# III. Breve Historial

- No pós independência, o sector jogou um papel importante como fonte de divisas para o país (licenciamento de embarcações estrangeiras + criação de empresas industriais estatais e mistas e os chamados Combinados Pesqueiros, que completavam o circuito comercial, pois eram as entidades que garantiam a comercialização da produção dos pescadores artesanais);
- O Programa de Reabilitação Económica (PRE), instituído em finais da década de 80 pelo Governo, criou condições para a privatização e/ou liquidação das empresas estatais devido à sua incapacidade de garantir a operacionalidade e a renovação dos seus activos;
- Este foi o princípio da crise das pescas, com a tomada do sector pelas elites da Frelimo;
- Foi assim que, depois do esforço inicial, o sector começou, a partir dos finais da década de 1980, a ir abaixo, numa equação que incluiu má gestão e um alto esforço exercido sobre os recursos pesqueiros;
- Até que, entre a década de 80 e 90, começaram a surgir os primeiros alarmes sobre o declínio dos níveis de captura dos recursos.

# IV. . Apresentação e análise de resultados

## 4.1. Pescas: sector em estado de falência

- Mesmo depois de os alarmes terem tocado, as medidas adoptadas para conter a razia do pescado têm-se revelado ineficientes, até que o sector entrou no estado de falência em que hoje se encontra;
- Só para se ter uma ideia desse declínio: a) no período pós-independência, a pesca tinha um peso significativo no PIB, chegando aos 20 % do PIB nacional, b) na década de 80, as pescas chegaram a representar 50% das exportações do país, essencialmente o camarão;
- Mas, actualmente, a contribuição do sector não chega nem aos 2%. Aliás, as pescas já nem aparecem nos relatórios do Governo como sector em si, mas surgem na rubrica “outros sectores”, com 1.5% (uma queda avultada, mesmo reconhecendo que quando a pesca foi o maior contribuinte para o PIB, o país estava em guerra civil, pelo que outros sectores primários, como a agricultura, não funcionavam em pleno).

## 4.2. O caso do camarão de superfície

- A pescaria do camarão de superfície, principal produto pesqueiro de exportação de Moçambique, é exemplo do estado calamitoso em que o sector se encontra: a média histórica de capturas de camarão já foi de 7 mil toneladas por ano, mas, em 2005, o país estava em dois mil e cinco toneladas, uma redução de mais de 80%;
- Na verdade, a pescaria do camarão quase que colapsou devido ao elevado esforço de pesca exercido sobre o recurso. Só quando o recurso colapsou é que o Governo tomou medidas para protegê-lo, medidas que incluem a adopção dos períodos de defeso/veda.
- Mas as medidas não se tem mostrados eficientes para travar a razia que se assiste dos recursos.

## 4.3. Fiscalização, o falhanço de uma governação

- Um dos factores centrais que explica o colapso do sector pesqueiro é a fiscalização. O país não possui infra-estrutura para uma fiscalização que garanta a protecção dos recursos pesqueiros, embora 20% da receita das taxas de direitos de pesca devam ser canalizados para este fim;
- 47 anos depois da independência, o país, que conta com uma extensa costa (perto de 3000 km), com a 5ª maior zona Economia Exclusiva desta zona de Africa, 200 milhas, com centenas de rios, estuários e lagoas que se contam às dezenas em cada província, não tem uma única embarcação, a nível central, para a fiscalização das suas águas territoriais;
- Apenas algumas zonas de pesca têm pequenos barcos, mas não à altura das necessidades e funcionando debaixo de limitações. O “Antillas Reefer”, barco apreendido quando pescava ilegalmente nas águas moçambicanas e que foi transformado em barco de fiscalização, tinha capacidade e autonomia para ir para além das 12 milhas náuticas;
- Mas, com a chegada do ministro Agostinho Mondlane ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, a “Antillas Reefer” foi entregue ao Ministério da Defesa (de onde vinha) sob o argumento de que era a Marinha de Guerra que devia operar a embarcação.
- Era o início do fim. Desde que passou para a Marinha de Guerra, o “Antillas Reefer” nunca mais voltou a funcionar.

# Cont.

- Na ausência de meios, a fiscalização do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas incide apenas sobre embarcações licenciadas que, obrigatoriamente, têm um sistema electrónico de localização denominado VMS (*Vessel Monitoring System*, um sistema equivalente a cartrack nas viaturas) que, a partir de satélite, permite saber a localização da embarcação.
- Dito de outra forma, o Governo só consegue controlar operadores licenciados. Dos ilegais, sem VMS, nada sabe. Como disse um dos entrevistados: *“para ser sincero, até hoje ninguém sabe quantos barcos estrangeiros estão a pescar nas nossas águas territoriais. Não temos controlo. Não temos nenhuma patrulheira para verificar”*;
- Com efeito, Moçambique se tornou num el dorado para a pesca ilegal, não regulada e não reportada, tanto do atum como do camarão e de outros pescados;
- Mesmo sem ignorar atropelos dos operadores licenciados, o maior problema é, pois, a pesca ilegal. Mas, nas actuais condições, uma embarcação ilegal consegue entrar na ZEE moçambicana, pescar e desaparecer sem que ninguém lhe ponha pressão - a situação mostra a relevância do conceito do que depois alimentou uma elite política corrupta, no escândalo das dívidas ocultas: a necessidade de o país ter meios para fiscalizar as suas águas territoriais;



# Cont.

- No exemplo mais trágico do falhanço do país no sector das pescas, 47 anos depois da independência, para se fazerem ao mar, às vezes, os fiscais moçambicanos têm de “apanhar boleia” dos operadores pesqueiros que é suposto fiscalizarem;
- Feitos em 2007, os depoimentos do então administrador marítimo de Angoche, Maulide Nuro, continuam actuais e reveladores de como é que um Estado independente há quase meio século está refém de privados para prestar serviços mínimos de fiscalização nas suas águas: *“não temos nenhum meio de fiscalização (...) [Quando há dinheiro] compramos combustível e pedimos emprestada a embarcação de um dos pescadores locais para uma ronda”*;
- O facto de Moçambique não conseguir controlar as capturas que são feitas nas suas águas poderá, inclusivamente, sair caro ao país. É que, devido à pesca não reportada e ao contrabando, o país reporta dos níveis de captura mais baixos na região. Mas, neste momento, a *Indian Ocean Tuna Commission*, Organização do Oceano Índico para a Gestão do Atum, está a tentar criar um sistema de gestão regional em que, em vez de os barcos pedirem licenças em cada país, faz-se uma coordenação regional.

# Cont.

- Sucede que a Organização pretende usar o método de quotas, baseado nos dados históricos que cada país foi fornecendo. Conforme explicou uma fonte: *“a consequência será que, quando um país for a pagar uma taxa de, por exemplo, 100 mil dólares na Comissão para pescar no Oceano Índico, Moçambique será capaz de lucrar apenas 6 mil porque como foi reportando dados baixos, vão dizer que aí não sai nada. Mas isso foi uma mistura de pesca ilegal e, também, de dados estatísticos não verdadeiros ao nível histórico porque não é verdade que Moçambique é um dos países com os mais baixos níveis de captura da região. Nós temos uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas. Não é verdade que somos o país que pesca menos. Mas, se se aprovar que o sistema de quotas é regional, vamos ser o país mais prejudicado na pesca industrial do atum por causa desses elevados índices de pesca não reportada e ilegal que aconteceram até hoje em Moçambique”*.
- Mesmo os operadores estrangeiros licenciados, particularmente de atum, Moçambique não tem noção do que tiram das águas nacionais, porque não atracam nos nossos portos (não só estão a pescar nas águas moçambicanas, mas em outros países da região, como Tanzânia, Madagáscar e Maurícias, sendo o atum um recurso migratório) – o país depende da boa vontade de operadores que estão mais preocupados é com o lucro;

# Cont.

- O sector artesanal, que representa a esmagadora maioria de operadores pesqueiros (400 mil, Censo 2013, números hoje abaixo), também beneficia-se das fragilidades na fiscalização – é um sector de subsistência que é formado por toda a população pobre da costa de Moçambique;
- Dada a sua dimensão, associado ao facto de a pesca industrial estar direccionada para a exportação, a pesca artesanal é a que contribui com a maior quota do pescado que se consome no mercado nacional;
- As estimativas do sector indicam que os artesanais contribuem com mais de 90% do que se consome no país, o que mostra bem claro que não se pode ignorar este sector que, entretanto, é, actualmente, o que está mais desorganizado;
- De acordo com dados oficiais, Moçambique produz, anualmente, cerca de 442 mil toneladas de pescado diverso. Quer isto dizer que os artesanais são responsáveis por cerca de 397.800 toneladas de pescado todos os anos (além do mar, eles trabalham nas albufeiras interiores e nos rios, que são às centenas, ao longo do país);

# Cont.

- Os artesanais são aos milhares e, para piorar, não têm nenhum dispositivo de controlo, como o VMS, nas suas pequenas barcaças que constroem a partir de troncos de árvores.
- Usam todos tipos de artes nocivas, incluindo “xicocotas” – trata-se de uma rede com malha pequena ou panos ou, ainda mais, rede mosquiteira, que os artesanais ilegais colocam ao longo dos santuários de pesca - é uma espécie de uma “barragem”, que não deixa escapar nenhum recurso, dos juvenis às fêmeas desovantes;
- Além do mais, as “xicocotas” também arrastam as larvas, anulando qualquer possibilidade de o recurso se reproduzir - cada fêmea de camarão, por exemplo, desova milhares de larvas, mas poucas sobrevivem por causa das artes nocivas;
- Para piorar, se o artesanal perde a rede no mar, ela fica dezenas de anos porque não é deteriorável uma vez ser plástica. E o que isso significa? Diz-nos algo simplesmente brutal: a rede continua a matar porque os peixes entram nela mas não mais saem. As redes perdidas no mar são, rigorosamente, armadilhas perdidas, mas que continuam a dizimar recursos.

# Cont.

- Artesanais capturam cerca de 6 mil toneladas/ano de camarão. É o dobro da produção anual dos industriais, estimada em cerca de 3 a 4 mil to;
- Mas, grande parte das quantidades de camarão capturado pelos artesanais não entra nas contas do Estado. Circula por redes clandestinas que alimentam não só o mercado nacional, mas também internacional;
- Em Maputo, por exemplo, é fácil ver, em zonas como o nó da Machava, a Matola Rio, ou ao longo da EN4, e em vários mercados informais, camarão e outros produtos pesqueiros a serem vendidos mesmo em períodos de defeso/veda. No caso do camarão, já com melanosa [uma mancha preta que surge na cabeça do produto quando não for bem processado];
- Em Maputo, mas também em cidades como Beira, o camarão que é servido nos restaurantes é, maioritariamente, proveniente da pesca artesanal;
- Outra parte do camarão pescado pelos artesanais é descaminhada e comercializada em alguns supermercados da África do Sul, Malawi e Zimbabwe.

# Atum em risco

- Além do camarão e de vários tipos de peixe, o atum, o segundo produto pesqueiro de exportação mais importante de Moçambique, está a ser dizimado pela pesca artesanal;
- Na verdade, o que está a acontecer com o atum é o mesmo que aconteceu, por décadas, com o camarão – o país virado para a pesca industrial, praticamente ignorando o que os artesanais tiravam das águas, até que os alarmes soaram, com a redução acentuada dos níveis de captura;
- Não é verdade que os artesanais não pescam atum. Ao que o CIP apurou, no Tofo e Inhassoro, em Inhambane, por exemplo, os artesanais tiram do mar quantidades consideráveis de atum;
- A reprodução e o crescimento são ainda mais críticos no atum: diferentemente do camarão, que tem um ciclo de vida curto (em 1 ano reproduz-se e cresce), o que possibilita que a veda seja uma boa estratégia, o atum, que vive 20 anos, precisa de 8 anos só para a sua maturação sexual e posterior reprodução.

## 4.4. Recursos humanos

- O tratamento que é dedicado ao sector também se vê pela falta de um quadro de pessoal mínimo para a gestão das pescas: em mais de 45 anos de independência, o país ainda não conseguiu colocar, em todas as províncias, técnicos com especialização na área das pescas;
- Grande parte do pessoal que trabalha nas pescas, sobretudo nas províncias e nos distritos, provém de outros sectores, com destaque para a agricultura. Aliás, actualmente as pescas, ao nível das províncias e dos distritos, estão integradas no sector da Agricultura e Actividades Económicas;
- Mas, para se poderem deslocar em missões de trabalho, como para as amostragens, os poucos técnicos existentes dependem, muitas vezes, de ONG's que trabalham na área da conservação;
- Mesmo para os cruzeiros de avaliação do manancial pesqueiro, os cientistas, entre eles biólogos e oceanógrafos, têm de ir à boleia.
- A título de exemplo, para o cruzeiro de camarão, os técnicos moçambicanos dependem, muitas vezes, de um navio de pesquisa denominado “Dr Fridtjof Nansen”, vindo da Noruega, para fazer a avaliação no Canal de Moçambique;



# Os padrões das pescas

- Parte dos atropelos explicam-se pela economia política do sector, onde convergem diversos jogos de interesse da nomenclatura ligada ao partido Frelimo – o mesmo padrão dos grandes investimentos no país, quer nas florestas/madeiras, quer na indústria de hidrocarbonetos e minérios, em que estrangeiros entram com o capital, enquanto os nacionais, ligados ao partido Frelimo, garantem protecção política dos negócios;
- Conforme referido no breve historial, o PRE criou as condições para a crise que se instalou no sector das pescas. De facto, o PRE que, em finais da década de 80, levou à privatização e/ou liquidação das empresas estatais, permitiu o abocanhamento das empresas estatais então existentes, num processo não transparente, feito não na base de critérios técnicos, mas do habitual nepotismo e promiscuidade reinantes na Frelimo, acabaram por levar as empresas pesqueiras à falência;
- os Combinados Pesqueiros foram à falência, de modo que hoje não existe um único apenas.
- As Emposcas Beira, Angoche e Quelimane, dedicadas à pescaria do camarão, e a Mosopesca, na pescaria do peixe, também foram à falência na sequência da sua privatização inserida no âmbito do processo que ficou historicamente conhecido como reabilitação económica.



# Cont.

- Por outro lado, desde a independência, mas sobretudo nos anos 90, o sector procurou proteger uma determinada quota nas mãos de antigos combatentes: a ideia era fortalecer a indústria nacional que, mesmo sem embarcações, pensava-se, na altura, que num horizonte temporal de 10 a 15 anos, essas elites do partido Frelimo poderiam ir à pesca com barcos fretados, numa perspectiva de crescimento até terem meios próprios;
- Contudo, esse não foi o caso. Talhados num modelo de economia rendeira, esses camaradas não se preocuparam em dominar as pescas. O que faziam é: uma vez tendo quotas, cederem-nas a estrangeiros, a título de fretamento de barco; os estrangeiros pescavam na vez dos nacionais, a quem deixavam o valor acordado, levando, eles, a produção que os nacionais nem sabiam a que preço era depois vendida no mercado internacional;

## Cont.

- A atribuição das quotas para o fortalecimento de uma indústria nacional, nas pescas, também foi sem transparência – sendo pessoas politicamente expostas, grande parte dos beneficiários resguardou-se no anonimato, colocando testas de ferro à frente das empresas ou constituíram-se em sociedades anónimas;
- Uma das empresas criadas nos anos 90 foi do antigo combatente Armando Guebuza, que constituiu, em 1992, a Mavimbe, Limitada, tendo como sócio, entre outros, Moisés Massingue, secretário para a área das pescas, na altura em que, em Moçambique, não havia Ministério, mas sim Secretaria das Pescas;
- Com conhecimento valioso sobre o sector que esteve a dirigir, passou a ser empresário nas pescas, numa aliança estratégica com um outro político com tudo para dar máxima protecção aos negócios: Armando Emílio Guebuza;

# Cont.

- Mas, nas pescas, Guebuza não se ficou apenas pela Mavimbi. Também fundou a Maluandle, Lda, numa sociedade que também incluía Moisés Massinga;
- Em 2002, o mesmo ano em que se tornou secretário-geral da Frelimo e candidato presidencial para as eleições gerais de 2004, Guebuza teve acesso, sem transparência, a juros concessionais e sem garantias, a um crédito do tesouro no montante de USD 2 500 000 USD destinados à compra de uma embarcação de pesca;
- Entre vários outros nomes sonantes nas pescas, no âmbito dos incentivos para o surgimento de uma indústria nacional, constam os de Armando Jeque e de Bonifácio Gruveta. O general Gruveta, por exemplo, teve licenças, criou empresa, mas nunca comprou uma única embarcação. Era o aluguer de barcos sul-africanos que depois ficavam num esquema de 90/10.
- O general Gruveta constituiu a Bonar com Armando Jeque. Ao que o CIP apurou, as letras BON, do nome Bonar, querem dizer Bonifácio, enquanto as letras AR significam Armando. Quando os 2 membros influentes da Frelimo se separaram, Armando Jeque foi constituir uma empresa com um nome próximo à Bonar. Chama-se Bonar Fisheries;
- Quase todas as empresas criadas neste contexto estão praticamente falidas, mesmo com o apadrinhamento político que tiveram. Aliás, as empresas que sobreviveram não têm capitais moçambicanos maioritários. Pelo contrário, têm capitais estrangeiros, com destaque para portugueses e espanhóis;

# Cont.

- Actualmente, as maiores empresas são a Sociedade Industrial de Pesca (SIP), a Pescamar, a Efripel e a Krustamoz, todas na pesca do camarão. Todas as empresas são dirigidas por figuras que, de algum modo, estiveram no sector das pescas antes de serem, ou empresários, ou empregados séniores do sector privado das pescas;
- A SIP, por exemplo, é dirigida por António Scwalbach, antigo funcionário da RM e, mais tarde, dirigente da então TVE, precursora da actual TVM. Depois de sair da TVM, primeiro trabalhou para uma empresa portuguesa denominada NOEI que prestava serviços à então Secretaria de Estado das Pescas;
- A Pescamar, que engloba outras 2 grandes empresas, Efripel e Pescabom, tem a mesma gestão. Seu director geral é Felisberto Manuel, que antes de ir ao privado, foi servidor público, de 1976 a 2009, incluindo nas pescas, tendo sido director geral da Pescom Internacional entre 1986 a 1992;
- A Pescabom, uma das empresas também do grupo Pescamar, teve, na sua fundação, a mão de António Branco, que, ainda que por pouco tempo, foi Secretário de Estado das Pescas;
- Mamad Sulemane foi director de economia no Ministério das Pescas, mas, a dado passo, abandonou o Estado para ser empresário justamente na área em que era dirigente. Com quotas de camarão, criou, pelo menos, 3 empresas.

# Cont.

- Baseado na Beira, Sulemane é, actualmente, o único armador com uma actividade de larga escala a operar do sul da Beira até a zona de Machanga. Nos corredores das pescas, esta região é conhecida como “a área de Sulemane” – num caso susceptível de levantar questões de conflitos de interesse, podendo ser o protótipo da forma menos transparente e até promíscua de fazer política e negócios em Moçambique, onde, à luz do dia, os dirigentes são políticos que tomam decisões, mas, ao anoitecer, transformam-se em empresários e, com informação privilegiada, perfilam na caça às oportunidades que o Estado/país oferecem, num modelo muitas vezes de *rent seeking*;
- Na Beira, também está baseada a Ganho (igualmente a explorar camarão), empresa de um cidadão moçambicano denominado Ganho Hankon, que foi, por muitos anos, membro do Comité Central da Frelimo, o órgão mais importante do partido no poder no intervalo entre os Congressos e abaixo da Comissão Política;

# Os “irmãos” chineses

- Nos últimos anos, as pescas, particularmente o sector industrial, foram assaltadas por uma avalanche de embarcações chinesas. Estima-se que cerca de 60 embarcações chinesas entraram nas águas moçambicanas, entre 2017 e 2018;
- Os chineses entraram com protecção de elites do partido Frelimo. Tal como disse uma das fontes: *“Sim, pessoas da nomenclatura, eles é que fazem isso. Epah, esse assunto de pescas é muito grande. Esse é negócio dos camaradas. Acham-se no direito de, como libertaram o país, têm direito a tudo e alguma coisa”*.
- A autorização da entrada de chineses, no tempo do ministro Agostinho Mondlane nas Pescas e Águas Interiores, violou as boas práticas do sector: não se fez pesca experimental ou demonstrativa (alínea b, do número 1 do Artigo 28 do Decreto 89/2020, de 8 de Outubro);
- E, célebres pelo seu desrespeito às normas vigentes nos países africanos, eles não fizeram diferente: entraram nas águas moçambicanas violando todas as regras que governam o sector, perante a habitual impunidade garantida pelo poder político moçambicano;

# Cont.

- A começar pelo tipo de pesca: as embarcações chinesas vieram para fazer arrasto, violando a lei moçambicana que proíbe pesca dirigida de arrasto de peixe dentro do mar territorial moçambicano, ou seja, dentro das 12 milhas;
- Em segundo lugar, pelos recursos pescados: as licenças de pesca dos chineses eram para pequenos pelágicos (carapau, sardinha, magumba e chereu, etc), mas, vezes sem conta, foram vistos a descarregar camarão;
- Em terceiro lugar, os pequenos pelágios encontram-se além das 12 milhas náuticas do território moçambicano, mas eles arrastaram e os que ficaram continuam a arrastar os recursos não só dentro das 12 milhas, como também dentro das 3 milhas, uma área proibida para a pesca industrial;
- Em quarto, usam mais do que uma arte dentro de cada barco, o que é proibido pela legislação moçambicana;
- Quinto, fizeram e fazem arrastos com portas de ferro, o que também viola as boas práticas porquanto destroem o *habitat* do peixe;



# Cont.

- As consequências da danificação do *habitat* dos peixes pelas portas de ferro são terríveis e sentem-se um pouco por todo o país. Actualmente, no sul de Moçambique, há escassez de peixe em parte porque as maternidades, onde o recurso se deveria reproduzir, foram danificadas pelos “irmãos” chineses.
- Na Baía de Maputo, uma das áreas de maior incidência dos chineses, os níveis de captura baixaram drasticamente.
- Em sexto, os “irmãos” chineses exerceram e exercem a sua actividade mesmo nos períodos de veda. Como observa um dos entrevistados: *“não só estão dentro do mar a pescar (em período de veda), como estão dentro das 3 milhas, que é proibido estarem (...). Quando eles estão a descarregar, você vê camarão. Como é possível? Você nota que um barco está a violar em função da fauna que descarrega porque nós sabemos em que área existe este e aquele tipo de produto, mas ninguém faz nada. Há gente protegida. Ninguém faz nada. Os fiscais já estão cansados”*.
- As flagrantes violações cometidas pelos chineses foram sempre reportadas ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, mas sem seguimento pelo pelouro;



# Cont.

- O extracto abaixo é um dos exemplos das denúncias feitas às autoridades sobre embarcações chinesas a arrastarem dentro das 12 milhas. O primeiro caso, registado a 14 de Junho de 2018, estava relacionado com 4 embarcações chinesas e o segundo, no dia 20 do mesmo mês, de mais um barco chinês;
- Os chineses foram ao extremo de invadir áreas de conservação, fazendo soar também os alarmes por parte dos gestores dessas áreas;

*Bom dia Exmos senhores. Os nossos capitães avistaram nos últimos dias mais uma vez embarcações chinesas a arrastar dentro das 12 milhas.*

*Dia 14/06: nas coordenadas 18° 08'S - 037° 05'E, distancia a costa nove millas, se encontram arrastrando quatro barcos chineses.*

*Dia.20/06 nas coordenadas 17° 38'S- 037°- 41'E distancia a costa oito millas. se encontra um barco chinês arrastrando direção Norte*

# Cont.

- Um dos entrevistados disse: *“os chineses que fazem desordem estão ligados a chefes grandes. Com barcos deles. Têm sócios que são generais, que estão no partido. Os fiscais quando querem actuar recebem telefonemas, vão fazer o quê? Eles violam porque sabem que não vai lhes acontecer nada porque têm protecção superior.- disse um armador, assinalando que: aqui nas pescas, temos muitos protegidos que fazem isso (desmandos)!”*
- Outro disse: *“os chineses fizeram isto aqui e daqui vão fazer noutra país africano e andam nisto porque os chineses têm uma tendência de corromper e eles vão a países que são facilmente corrompíveis. Fica barata a produção. Eles não obedecem a normas. Eles não se importam com os meios para atingir os fins. Já estiveram na Guiné e deram cabo daquilo. Estiveram no Senegal, deram cabo daquilo. Em todo lado onde eles vão, dão cabo, mas então, pagam...”*

# Crise institucional

- A situação calamitosa em que se encontram as pescas reflecte um problema institucional ainda mais sério com que o sector se debate: uma gestão que, ao longo dos anos, foi-se tornando menos competente e cada vez mais distante dos desafios do sector;
- A situação agravou-se no reinado do ministro Agostinho Mondlane: quadros competentes foram afastados do Ministério, substituídos por pessoas sem a necessária sensibilidade sobre as pescas, no estilo de governação à moçambicana em que, ao invés de pensar na instituição e no Estado, cada dirigente quer distribuir as fatias de bolo pelo seu círculo de amizades;
- Uma fonte conhecedora dos *dossiers* do Ministério contou o seguinte: “o *Ministério das Pescas, quando Mondlane entrou, perdeu seus melhores quadros. Uns foram embora. Outros, ele andou a reformar, por causa de andar a ouvir fofocas*”.
- Também sobre a gestão do ministro Mondlane, um antigo dirigente no Ministério disse: “*verdade seja dita, o sector sofreu bastante com a gestão introduzida pelo ministro Mondlane a esta parte. Bastante mesmo. O ministro Mondlane, com boas intenções ou não, tirou as peças importantes da gestão das pescas e meteu pessoas, algumas curiosas, algumas não menos curiosas (...). As coisas não vão bem*”.

# Cont.

- De acordo com vários intervenientes no sector, a crise institucional manifesta-se na falta de conhecimento técnico dentro do Ministério das Pescas.
- Hoje, nem o Ministério das Pescas, muito menos a Administração Pesqueira, têm um único economista pescueiro.
- A consequência da subalternização de conhecimento técnico manifesta-se numa série de medidas tomadas sem o mínimo de sensibilidade que se requer para um sector tão específico como são as pescas;
- Um dos exemplos mais caricatos desse défice de sensibilidade operacional desde a época de Mondlane não podia ser outro: os “irmãos” chineses. Foi, pois, no consulado deste ministro que foram licenciados vários chineses, numa corrida desenfreada para as águas moçambicanas;
- Os chineses terão sido convencidos pelos “curiosos”, como uma das fontes designou os dirigentes de então, de que, por ter uma longa costa, perto de 3 mil km, Moçambique tem muito peixe. O que não é verdade: o que o país tem é qualidade e não quantidade de peixe. Moçambique é, pois, banhado por uma corrente quente, que não permite o chamado “*upwelling*”, que é um efeito que produz nutrientes para alimentação dos peixes;

# Cont.

- Por isso, e associado ao facto de os pequenos pelágicos, produtos para os quais foram licenciados a pescar, serem de baixo valor comercial, mesmo com todas as violações que cometeram, e cometem, com protecção política, os chineses não tinham como rentabilizar a sua actividade;
- Paralelamente, o Ministério passou a obrigar as empresas a fazerem acordos, através dos quais cediam 51% de participação para moçambicanos, ficando 49% para os estrangeiros. Mas, a decisão, com efeitos retroactivos, prejudicava os investimentos feitos há anos, no que os operadores consideravam como violação ao direito comercial [entendimento das partes];
- Na crise institucional no pelouro, o Ministério das Pescas entrou num ciclo de fechamento para com os operadores do sector. Tanto no consulado de Agostinho Mondlane, como no de Augusta Maita os operadores tal como outras pessoas que conhecem o sector, algumas que até ocuparam cargos de direcção nas gestões anteriores, viram as portas do Ministério a se fecharem. Muitos não conseguiram falar com os ministros, outros levaram meses por causa de pessoas que não as deixavam falar com os dirigentes;

# Cont.

- Os produtores, aqueles que realmente produzem nas pescas, passaram a ser excluídos dos Conselhos Coordenadores do Ministério das Pescas. *“Nós não queremos saber dos problemas internos do Ministério, mas na parte que tem a ver com produção, achamos que temos direito de lá estar. Não é possível um Ministério que não sinta com seus operadores. Estão a planificar e a resolver o quê? Mondlane cortou a participação da indústria. A Maita continuou com a mesma coisa. Vão produzir com quem? - questionou um operador;*
- Um antigo dirigente no Ministério lembra como os operadores eram o braço direito do pelouro: *“eu não me lembro de nenhum Conselho Coordenador do Ministério, até ao tempo que eu lá trabalhei, que a indústria não estava, fosse o Conselho Coordenador feito em Pemba, fosse feito em Cahora Bassa, ou onde fosse. Havia reuniões trimestrais com a indústria. Trimestrais, com actas e tudo, para se discutir os problemas do sector porque tu não tens um Ministério daqueles para mandar. Aquele Ministério tem de ser para facilitar. Quem faz a actividade é o sector privado, nem sequer já podemos falar de empresas estatais”;*
- Um outro problema, velho, é o facto de cada presidente da República entender que deve reorganizar os órgãos funcionais do Estado da maneira que lhe couber e o Ministério das Pescas é um dos que tem sofrido bastante com essas mudanças. Actualmente denomina-se Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas;

## Cont.

- Sucede que, muitas actividades do Mar, estavam no Ministério dos Transportes enquanto as das Águas Interiores estavam no Ministério das Obras Públicas, o que, internamente, gera lutas de transferência de competências e atribuições.
- Uma dessas guerras foi sobre a transformação e transferência do Instituto Nacional do Mar (INAMAR), antes Instituto Nacional da Marinha. Antes era tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações. Mas, mexer uma instituição como o INAMAR é sempre sensível porque tem um desdobramento internacional. Lida não só com a navegação doméstica, mas também internacional.



# Cont.

- Mas a crise nas pescas estende-se ao nível provincial e distrital. Com as sucessivas remodelações sectoriais, hoje já não há, nem na província, muito menos no distrito, direcções específicas que se ocupem, exclusivamente, pelas pescas;
- Actualmente, na província, as pescas estão dentro da Direcção Provincial de Agricultura e Pescas (órgão do Conselho Executivo) e dos Serviços Provinciais de Actividade Económicas (órgão da Secretaria de Estado). No distrito, as antigas direcções distritais das pescas estão dentro do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE);
- Tanto ao nível provincial como ao nível distrital, os técnicos e os operadores do sector queixam-se de subalternização das pescas, dando-se primazia a outros sectores, como a agricultura. Um técnico das pescas, afecto à província de Nampula, resumiu a situação nos seguintes termos: *“o modelo de [juntar] agricultura e pescas nas províncias é que aniquilou as pescas (...). Agora [por exemplo] é só Sustenta. A pesca está a desaparecer. O modelo usado está a marginalizar os técnicos das pescas”*.



# O caso de Angoche

- É uma das áreas de maior produção pesqueira em Moçambique. Nos primeiros anos da independência, Angoche foi um grande centro pesqueiro. Foi em Angoche que nasceu a Mavimbi, a empresa de Armando Guebuza e Moisés Massinga. Actualmente dos cerca de 47 mil habitantes do distrito, cerca de 10 mil são pescadores artesanais. Mesmo assim, o distrito não tem infraestrutura nem pessoal qualificado à altura de responder à demanda do sector;
- Na vila do distrito, as embarcações descarregam o pescado numa velha estrutura de ancoragem que, de porto, só tem nome. O espaço que antigamente servia de porto, também sem grandes condições, foi cedido a uma empresa, outra dos “irmãos” chineses, desta feita a Haiyu Mining Co. Lda, que o usa para o descarregue e carregamento de areias pesadas;
- Angoche tem um único técnico com formação na área. O SDAE de Angoche, que também conta com uma reserva marinha, o Arquipélago das Ilhas Segundas, não tinha, pelo menos até Agosto de 2022, quando estivemos no terreno, uma única embarcação operacional para fazer fiscalização.
- Com limitada capacidade de fiscalização, Angoche é uma das áreas de Moçambique onde os recursos estão a ser completamente devastados. E, um dos protagonistas não podia ser outro: os “irmãos” chineses. No pico da vaga dos chineses, dezenas de embarcações estiveram a operar nas águas de Angoche, várias vezes em flagrante violação das regras do sector.

## Cont.

- Os que permanecem continuam a capturar recursos fora dos que estão licenciados para pescar. Inclusivamente, capturam espécies protegidas. Além de produtos proibidos, pescam em áreas proibidas, dentro das 3 milhas, área reservada aos artesanais. Empregam redes não autorizadas. Operam até nos períodos de defeso/veda.
- Em terra, eles têm pequenas unidades de processamento para onde recolhem o pescado em diferentes pontos de desembarque. Pelo menos 2 empresas chinesas estabeleceram-se em Angoche. Uma delas é localmente conhecida por Liming Hai, mas uma cotação que nos foi passada pelo proprietário chinês vem em nome de Aquatic Products Corporation, Lda. Outra é a Yinuo, Lda.

- **Tipo de Frota: Semi-Industrial a Gelo**
- **Recurso Alvo: Pequenos Pelágicos      Arte de Pesca: Arrasto Pelágico**
- **Fauna Acompanhante: Médios pelágicos (Barracudas, Judeus, Merma, Sardas, Agulhas, Xaréus); Mesopelágicos (Peixe fita, Escolares); Batipelágicos (Lula); Grandes Pelágicos (Serras, Dourado, Atuns, Peixe de Bico).**
- **Zona de Pesca: Banco de Sofala (16° 00'00 Sul e 19° 47'00 Sul) para além de 1 milha náutica da costa.**

N <sup>o</sup>	Armador/Empresa	Plano		Nomes das Embarcações
		Barcos		
		2021	2022	
1	Stonechen Comercial	4	3	Shang Da
				Shang Fa
				Shang Li
2	Yinuo	4	4	Zhen Feng I
				Zhen Feng II
				Zhen Feng III
				Zhen Feng IV
<b>Total</b>		<b>8</b>	<b>7</b>	

## Cont.

- A Yinuo Lda não está licenciada a pescar camarão, mas costuma capturar este recurso usando redes para as quais não foi autorizada. Durante a investigação, um trabalhador da empresa confirmou-nos que a Yinuo Lda pesca camarão: *“eles têm muitas redes (...). (Incluindo) rede de (pesca de) camarão. Têm. Não falha, esses são chineses”*;
- No ano 2021, a Yinuo Lda tinha uma cota de 700 toneladas para 2 barcos. Quando mostramos a um operador industrial a tabela contendo estes dados, foi peremptório na reacção: ainda que a Yinuo Lda tivesse combustível barato, não seria possível rentabilizar a actividade com uma cota de 350 toneladas/ano, ainda mais com produtos de baixo valor comercial, como são os pequenos pelágicos. *“É verdade que ele está a pescar isso [pequenos pelágicos, como magumba, sardinha e carapau]? Claro que não! - observou.*

# O caso da Beira

- Beira, uma das áreas mais ricas do chamado banco de Sofala, é, também, um dos exemplos mais flagrantes da dizimação de recursos marinhos, perante gritantes fragilidades na fiscalização. Aliás, toda a província de Sofala, com uma extensa costa, que abrange os distritos de Machanga, Buzi, Beira, Dondo, Marromeu e Muanza, tem apenas 11 fiscais para velar pela protecção dos recursos pesqueiros.
- Além da insuficiência de homens, a província só tinha, até ao momento da produção do trabalho, uma única lancha sem capacidade para retirar mais do que uma arte nociva, quando as embarcações dos pescadores artesanais ilegais têm capacidade para transportar várias “xicocotas”.
- Para colmatar a insuficiência de homens e meios do Estado, existem, em cada distrito, os chamados Conselhos Comunitários de Pesca (CCP), que são organizações de base envolvendo os pescadores artesanais licenciados, com a responsabilidade de proteger a costa, através de acções de sensibilização, fiscalização e até autonomia para apreenderem artes nocivas.
- Mas, na Beira, tal como acontece um pouco por todo o país, os CCP também não têm meios. Nem uma única embarcação.

# Cont.

- Praticamente desguarnecida, Beira é uma das áreas de maior incidência da pesca artesanal no país. Não existem números concretos, mas são centenas e centenas de pescadores ou, como lhes chamou uma das fontes locais, toda uma população a pescar. Usam artes nocivas, como a “xicocota”, o que lhes permite capturar tudo, incluindo juvenis e fêmeas desovantes, anulando qualquer hipótese da sua reprodução.
- Como uma das áreas mais ricas do banco de Sofala, Beira foi também um dos pontos de incidência da vaga de chineses.

# Recomendações

- Combater todas as formas de pesca ilegal, não regulada e não reportada, o que requiere coragem para se tocar em vários interesses que convergem no sector. A fiscalização é uma gritante fragilidade, que precisa ser imediatamente resolvida, passando a ser o “coração” do Ministério das Pescas porque, enquanto for deficiente, qualquer esforço de gestão poderá estar condenada a fracasso;
- Também é necessário olhar para as pescas não simplesmente como uma actividade económica, mas também como uma actividade social vital para as comunidades mais pobres. Trata-se, no fundo, da necessidade de encarar a pesca como uma actividade que envolve comunidades ribeirinhas, na sua maioria pobres, que não têm outra alternativa de sobrevivência, senão o mar e os rios. Ao mesmo tempo que é necessário combater a pesca nociva, as comunidades devem ser tidas como parceiras incontornáveis na protecção dos recursos pesqueiros com medidas realistas que atendam à sua situação específica, mesmo que economicamente contribuam em pouco para os cofres do Estado.
- É preciso dar incentivos aos artesanais, ao invés de proceder à simples punição.



# Cont.

- Aprimorar a gestão política do sector. As recorrentes mudanças de ministros, bem como as alterações das competências do Ministério, transferências e/ou fusão/desmantelamento de instituições tuteladas, não permitem a tão necessária consolidação e profissionalização dos processos de gestão para tão sensível área.
- O actual modelo de gestão das pescas, que no fundo é o modelo de gestão do Estado em Moçambique, limitado à visão de cada presidente da República, que pode não ser, necessariamente, a melhor visão que o país necessita, é contrário a qualquer esforço para que se encontre um caminho acertado para o grau dos desafios que se impõem. As pescas não podem continuar a ser pensadas numa visão curta de cinco anos, findos os quais cada presidente entende colocar, consoante as suas vontades, pessoas que nem sempre são as melhor qualificadas para o sector, com implicações em cascata que, ao invés de melhorar, levam ainda mais o sector ao precipício.



# Cont.

- A nossa própria história, enquanto país, é suficientemente clara. Ensina-nos que, enquanto continuarmos a pensar nas grandes questões nestes ciclos quinquenais, não em função de um projecto de nação de longo prazo, mas em função de interesses dos grupos que controlam o poder, em cada momento, só nos condenam ao fracasso que somos, 47 anos depois da independência.
- Reforçar a competência de modo que a gestão das pescas, uma actividade tão específica quanto sensível, seja feita por quadros com conhecimento do sector. Não faz sentido que 47 anos depois da independência, nem o Ministério das Pescas, nem a Administração Pesqueira, não tenham um único economista pesqueiro.
- Não há nada contra os dirigentes que passaram a comandar o Ministério, mas a questão é como é que directores operacionais e assessores, sem sensibilidade operativa e que não conhecem trabalho de campo, podem gerir um sector tão sensível como o das pescas.